

Revista **1ª** EVOLUÇÃO



Revista **EVOLUÇÃO**

Ano V - nº 49 - Fevereiro de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Andreia Fernandes de Souza

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaufeuf

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Adriana Pereira Santos da Silva
Alexandre Passos Bitencourt
Andreia Pereira dos Santos
Daniel Leopoldo Moreira Barbosa
Daniela Proença Verly da Silva
Fátima Tomás Dias dos Santos Gama
Francineide de Oliveira Ferreira
Gláucia Paula da Silva

Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria de Lourdes Ferreira Da Silva
Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
Rebeca dos Santos Faria
Ricardo José Ferreira de Carvalho
Rosinalva de Souza Lemes
Vilma Cavalcante Sabino da Silva

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 49 (fev. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 122 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2675-2573.rpe.49

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.49>

A

São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateaneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Prof.ª Esp. Ana Paula de Lima
Prof.ª Dra. Andreia Fernandes de Souza
Prof.ª Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Prof.ª Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Prof.ª Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof.ª Dra. Thais Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateaneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as) e autores(as) independentes**;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida com utilização de softwares livres



05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

06 **Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes**

Isac dos Santos Pereira

07 **Ciência, Tecnologia & Sociedade**

Adeilson Batista Lins

4 ANOS EVOLUINDO COM VOCÊ!



ARTIGOS

- | | |
|---|-----|
| 1. INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA PELA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ADRIANA PEREIRA SANTOS DA SILVA | 11 |
| 2. PROJETO DUARTE: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA INOVADORA COM PROJETOS DE TRABALHO
ALEXANDRE PASSOS BITENCOURT | 23 |
| 3. O PAPEL DA ESCOLA NA PERPETUAÇÃO OU RUPTURA DE ESTEREÓTIPOS RELATIVOS AO GÊNERO
ANDREIA PEREIRA DOS SANTOS | 31 |
| 4. PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
DANIEL LEOPOLDO MOREIRA BARBOSA | 37 |
| 5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AÇÕES PROMOTORAS DE IGUALDADE
DANIELA PROENÇA VERLY DA SILVA | 45 |
| 6. A INFLUÊNCIA DE FACTORES PSICOSSOCIAIS NO DESEMPENHO ESCOLAR
FÁTIMA TOMÁS DIAS DOS SANTOS GAMA | 51 |
| 7. EDUCAÇÃO ESPECIAL: INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA DOCENTES
FRANCINEIDE DE OLIVEIRA FERREIRA | 63 |
| 8. O PAPEL TRANSFORMADOR DAS TECNOLOGIAS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19
GLÁUCIA PAULA DA SILVA | 67 |
| 9. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA COMO FERRAMENTA PARA A MELHORIA DO PROCESSO EDUCACIONAL
MARIA ANGELA FERREIRA OLIVEIRA | 71 |
| 10. AS CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL
MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA | 77 |
| 11. AS PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NILMA APARECIDA GONÇALVES BERNARDES | 87 |
| 12. TRAUMAS BUCOMAXILOFACIAIS DECORRENTES DE TRAUMAS ESPORTIVOS
REBECA DOS SANTOS FARIA /ORIENTADOR: WALTER PAULESINI JÚNIOR | 95 |
| 13. A MATEMÁTICA EM MOVIMENTO UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
RICARDO JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO | 103 |
| 14. ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO PARA CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ROSINALVA DE SOUZA LEMES | 109 |
| 15. A IMPORTÂNCIA DA PSICANÁLISE DOS CONTOS DE FADAS DESDE A INFÂNCIA
VILMA CAVALCANTE SABINO DA SILVA | 115 |

RESUMO

O número de estudantes com deficiência tem aumentado a cada dia. Docentes, muitas vezes, têm vivenciado essa realidade sem ter formação específica e sem ter os conhecimentos básicos sobre a educação inclusiva. O presente artigo, baseado em pesquisas bibliográficas e em pesquisas no site da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, tem como objetivo trazer informações que auxiliem o corpo docente a lidar com essa situação, além de incentivá-los a realizarem pesquisas e formações que ampliem seus conhecimentos e suas práticas na educação inclusiva.

Palavras-chave: Estudantes; Deficiência; Informações; Práticas.

INTRODUÇÃO

Segundo reportagem da Agência de Notícias UNICEUB, o Censo Escolar MEC/Inep 2022 aponta que “No Brasil, são 1.220.697 crianças e adolescentes com alguma deficiência inscritos no ensino básico”, sem contar a população adulta matriculada em Ejas e Ciejas. Ainda segundo o Censo, essas deficiências incluem: “pessoas com deficiência intelectual, física, auditiva ou múltipla, autismo, surdez, baixa visão, cegueira, surdocegueira e altas habilidades/superdotação.”

A reportagem também traz informações sobre a acessibilidade nas escolas (26,9% das escolas de educação básica ainda não tem nenhum recurso de apoio à pessoa com deficiência), sobre o número reduzido de profissionais de apoio (estagiários e auxiliares de vida diária) e sobre o número de docentes com especialização para o atendimento educacional especializado (apenas 5,5% dos profissionais).

Os estudantes chegam às escolas e, além das barreiras arquitetônicas, encontram profissionais que desconhecem suas especificidades e sua trajetória histórica. Diante

desses fatos, o presente artigo pretende trazer informações relevantes para enfrentar essa realidade. Elas são baseadas na leitura de alguns autores e na leitura do Decreto nº 57.379 de 13 de outubro de 2016 e da Portaria nº 8.764, de 23 de dezembro de 2016, que tratam da Política Paulistana de Educação Especial.

A TRAJETÓRIA

Segundo Rosa (2019), existem dados históricos sobre as pessoas com deficiência desde a Antiguidade até os dias de hoje. Diferentes pesquisadores, autores e documentos oficiais ajudam com informações, contextos e marcos históricos a respeito das pessoas com deficiência no Brasil e no exterior. Segundo Sasaki (2010):

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais.

¹ Francineide de Oliveira Ferreira, Pós Graduada em Educação Inclusiva pela Faculdade Campos Eliseos - São Paulo - SP. Professora de Atendimento Educacional Especializado do Cieja Francisco Hernani Alverne Facundo Leite, São Paulo-SP.

Cada fase tem suas especificidades e tratamentos diferenciados e é resultado de lutas. Sim, "O que acontece é que a luta é histórica e social. Muda de tempo-espaço a tempo-espaço. A luta não nega a possibilidade de acordos e acertos entre as partes antagônicas."Freire (2003). Toda conquista vem precedida de luta, a inclusão não é diferente.

As fases da exclusão/inclusão ainda fazem parte de nossa sociedade: a inclusão ainda está em processo, embora estejamos em outro tempo-espaço. Nessa trajetória histórica há o envolvimento de diversas áreas da sociedade, da saúde física e mental, da educação e do trabalho. Há também o envolvimento de instituições religiosas, governamentais e filantrópicas. Lutas através de movimentos por parte das pessoas com deficiência, familiares, responsáveis e interessados também fazem parte dessa história.

Os dados a esse respeito são bem ricos e extensos. Fazendo um recorte, vamos nos concentrar na área da educação no Brasil. Mais especificamente no Município de São Paulo:

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo -SME é uma das pioneiras no oferecimento de Educação Especial inclusiva aos seus estudantes; tendo avançado muito no atendimento qualificado a esses alunos desde 1951, com a criação da primeira escola municipal para pessoas com deficiência auditiva, até os dias de hoje, após a promulgação de várias leis e decretos, a instalação de Salas de Recursos Multifuncionais – SRMs nas escolas, a formação de professores capacitados para atuarem nas salas comuns e nas atividades de Atendimento Educacional Especializado – AEE, entre outros.(SME, 2016)

Dentre essas várias leis e decretos, um destaque para: a promulgação do Decreto 33.891 (1993) "que instituiu a Política de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais na Rede Municipal de Ensino"; a publicação do Decreto Municipal 45.415 (2004) "que estabeleceu Diretrizes para a Política de Atendimento a Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Especiais na Rede Municipal de Ensino"; a publicação da "Convenção Internacional sobre os Direitos da

Pessoa com Deficiência" (2007); a publicação da "Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Inclusão (2008)"; Portaria 2.755 (2009) "que institui a Comissão Especial de Trabalho"; a publicação do Decreto Municipal 51.778 (2010) "que institui a Política de Atendimento de Educação Especial"; a entrada em vigor do Decreto 57.379 (2016) "que institui a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva".

Todos, com sua redação na íntegra, estão no site da Secretaria Municipal de Educação, SME (2016). Eles tratam de diversas medidas, propostas e programas com o objetivo de "atender às especificidades das necessidades educacionais especiais na perspectiva de uma educação inclusiva", no sentido "de mantê-los na classe comum e oferecer subsídio pedagógico ao professor e apoio direto ao aluno." e ainda o "o oferecimento de formação continuada aos Professores, inclusive em nível de especialização/ pós-graduação para o trabalho nas classes comuns e com as atividades próprias do AEE" (Atendimento Educacional Especializado).

POLÍTICA PAULISTANA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Portaria nº 8.764, de 23 de Dezembro de 2016 regulamenta o Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016, que institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. Traremos aqui algumas das muitas informações que podem auxiliar os docentes na identificação das especificidades dos estudantes, dos serviços/ profissionais envolvidos e na identificação e eliminação das barreiras.

Os documentos primeiramente tratam sobre os princípios que os fundamentam e sobre a identificação das pessoas com deficiência: "são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as

demais pessoas”. São público-alvo da Educação Especial pessoas com: Deficiência Física, Auditiva/Surdez, Deficiência Visual, Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla, Surdocegueira, Transtornos globais de desenvolvimento, Autismo, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger, Transtorno desintegrativo da infância e Altas habilidades ou superdotação. Entre outras questões tais como: Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, Déficit no Processamento Auditivo Central, Déficit Cognitivo e da Independência, Déficit Intelectual ou Transtorno Misto do Desenvolvimento: Hidrocefalia ou Microcefalia, Síndromes diversas, tais como: Down, Williams, Angelman, X-Frágil e outras.

Posteriormente tratam sobre os Serviços de Educação Especial (Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão, Salas de Recursos Multifuncionais, Professores de Atendimento Educacional Especializado, Instituições Conveniadas de Educação Especial, Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos e Unidades Polo de Educação Bilíngue); a composição dos CEFAls (Coordenadores, Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão e Auxiliares Técnicos de Educação); o Atendimento Educacional Especializado; os Serviços de Apoio (Auxiliar de Vida Escolar e Estagiários); a Educação Bilíngue e as ações para eliminação de barreiras e promoção de acessibilidade. De acordo com o Decreto 57.379/2016:

§ 1º Para os fins deste decreto, consideram-se barreiras, dentre outras, quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitem ou impeçam o exercício dos direitos dos educandos e educandas à participação educacional, gozo, fruição, acessibilidade, liberdade de movimento e expressão, comunicação, acesso à informação, compreensão e circulação.

No Decreto, o § 2º classifica as barreiras em: arquitetônicas(entraves estruturais do equipamento educacional que dificultem a locomoção do educando e educanda); nas comunicações e na informação (qualquer

entreve, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a comunicação expressiva e receptiva, por meio de códigos, línguas, linguagens, sistemas de comunicação e de tecnologia assistiva); barreiras atitudinais (atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação plena da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas). As ações previstas para a eliminação de barreiras e promoção da acessibilidade incluem recursos de tecnologia assistiva, mobiliários adaptados em todos os espaços educativos e o transporte escolar gratuito.

O documento é finalizado com outras orientações e anexos importantes para a prática do Atendimento Educacional Especializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a trajetória histórica da Educação Inclusiva nos dá a oportunidade de entender alguns fatos, conceitos e valores. Principalmente que ela é um direito adquirido e conquistado através de muitas lutas, exigindo esforços coordenados para ser colocada em prática.

Conhecer as políticas educativas inclusivas em vigor em suas regiões e colocá-las em suas práticas diárias é um desafio tanto nos espaços educativos como fora deles. Os documentos legais da Educação Inclusiva auxiliam no entendimento de várias questões do dia a dia. Geralmente esse documento faz parte das formações e da leitura do Professor de Atendimento Educacional Especializado, interessado ou atuante. Porém raramente é lido pelos professores regentes de sala comum/regular.

Uma leitura, feita com um olhar mais curioso do que técnico, pode trazer conhecimentos e ações que promovam um ambiente educacional inclusivo e respeitoso, combatendo o preconceito, valorizando a diversidade presente em sala de aula e preparando os estudantes para participar e interagir na sociedade. Além disso, também

pode trazer uma reflexão sobre a prática educativa, fazendo adaptações e criando estratégias de ensino que garantam que os estudantes, independentemente de suas barreiras, tenham oportunidade de demonstrar suas habilidades e seus conhecimentos.

Para finalizar, trazemos um convite aos docentes: visitem o site da Secretaria Municipal de Educação e naveguem pelas informações lá existentes, façam leituras de autores que estudaram sobre o assunto e participem de formações. Muitos documentos podem ser encontrados em sites oficiais e/ou em acervos da própria unidade escolar. Essas leituras podem minimizar as angústias e as aflições, além de abrir um leque de alternativas para, com o apoio de todos da Unidade Educacional, realizarmos uma educação de qualidade para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Maria Tereza. **Infraestrutura:** 27% das escolas brasileiras não são acessíveis para PCDs. <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/escolas-brasileiras-nao-sao-acessiveis-para-pessoas-com-deficiencia/14/06/2023>. Acesso em: 02 dez. 2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um encontro com a Pedagogia do Oprimido/Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROSA, C.C.da S. A evolução do olhar para a pessoa com deficiência. In: LIMA (org). **Quando a educação especial de qualidade acontece.** São Paulo: Edições Livro Alternativo, 2019. 1a. edição, p.13-24

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de educação. Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Decreto nº 57.379** de 13 de outubro de 2016.

_____. Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Portaria nº de 13 de outubro de 2016.**

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão.**/Construindo uma Sociedade para todos. 8ª. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adriana Pereira Santos da Silva
- Alexandre Passos Bitencourt
- Andreia Pereira dos Santos
- Daniel Leopoldo Moreira Barbosa
- Daniela Proença Verly da Silva
- Fátima Tomás Dias dos Santos Gama
- Francineide de Oliveira Ferreira
- Gláucia Paula da Silva
- Maria Angela Ferreira Oliveira
- Maria de Lourdes Ferreira Da Silva
- Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
- Rebeca dos Santos Faria
- Ricardo José Ferreira de Carvalho
- Rosinalva de Souza Lemes
- Vilma Cavalcante Sabino da Silva



doi <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.49>

Produzida com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

